



# SNESup

Sindicato Nacional do Ensino Superior  
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

Exmo. Senhor  
Ministro da Educação, do Ensino Superior e da  
Ciência  
Professor Doutor Nuno Crato  
Av. 5 de Outubro, 107  
1069-018 Lisboa

N/Ref:Dir:AV/0722/11

21-06-2011

**Assunto: Felicitações. Apresentação de matérias que preocupam o SNESup relativamente ao Ensino Superior e Ciência. Pedido de reunião.**

Na sequência da nomeação e tomada de posse de V. Exa. como Ministro da Educação, do Ensino Superior e da Ciência, vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior (Associação Sindical de Docentes e Investigadores), abreviadamente designado por SNESup, desejar desde já as maiores felicidades no desempenho das funções que agora inicia.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. um conjunto de matérias que vêm preocupando os docentes do ensino superior e investigadores e que deram corpo, em Outubro último, a um Caderno de Encargos aprovado pelo Conselho Nacional do SNESup (que enviamos em anexo) e do qual destacamos:

1. A necessidade de estabelecimento de mecanismos de diálogo e de concertação no quadro do sistema de ensino superior público, envolvendo o Ministério de tutela, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, e as associações sindicais de docentes e de investigadores, entre as quais o SNESup;
2. As questões relativas ao financiamento das instituições, tanto na vertente de ensino como na vertente de investigação, onde as implicações de uma diminuição do financiamento poderá pressionar no sentido da precariedade laboral o que não poderá ser aceite.
3. A necessidade de introdução de um conjunto de ajustamentos nos Estatutos da Carreira Docente do Ensino Superior e no Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que valorizem o exercício da docência e da investigação (reconhecendo e recompensando o mérito, por exemplo), corrijam inconstitucionalidades ou injustiças (designadamente a não possibilidade de acesso dos professores auxiliares e dos professores adjuntos com doutoramento à tenure) e favoreçam a mobilidade com garantias (por exemplo assegurando a contagem, para efeitos de preenchimento do período experimental, do tempo já cumprido em outras instituições).

4. A garantia da participação das associações sindicais na interpretação da legislação relativa às carreiras e na elaboração de todos os regulamentos previstos nos Estatutos bem como o reforço do recurso à resolução alternativa de litígios.

5. A criação de condições para uma investigação independente promovendo boas práticas de contratação em termos de emprego científico e docente, porque tal independência e estabilidade são essenciais para uma produção de conhecimento de qualidade, e designadamente, a regularização da situação laboral e perante a Segurança Social dos bolsheiros de investigação que exerçam funções de facto subordinadas.

6. A criação de condições para a integração dos jovens cientistas doutorados, tanto no sistema científico nacional (público e privado) assim como no Ensino Superior.

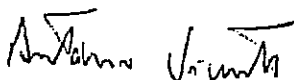
7. A promoção, em concertação com as associações sindicais e a associação patronal do sector, da regulação do exercício da docência e investigação no ensino superior particular e cooperativo.

Solicitamos desde já a marcação de uma reunião com V. Exa. com vista à apresentação de cumprimentos aproveitando para iniciar um diálogo relativamente às matérias que nos preocupam e que julgamos deverem ser trabalhadas conjuntamente com vista à melhoria da qualidade do Ensino Superior e da Ciência.

Desde já alertamos para que em algumas instituições se encontra bloqueada a transição para professores auxiliares dos assistentes que se doutoram, situação que infelizmente o último MCTES não quis enfrentar. Juntamos, a propósito, um estudo jurídico e uma comunicação recebida da UTAD.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO



Professor Doutor António Vicente  
Presidente da Direcção